

# RETRANCA

INFORMATIVO DO SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DO ESTADO DO PIAUÍ



1996

Nº 1

## Vida média do jornalista é menor que de outros profissionais

A Organização Internacional do trabalho faz pesquisa junto a sindicatos e descobre que a vida média do jornalista é bem inferior à de profissionais similares.

Página 8.

## A lei que regulamenta o direito autoral do repórter fotográfico

*Toda fotografia reproduzida deve conter o crédito ao autor, o profissional que valoriza seu trabalho deve exigir respeito a seu nome, sua qualidade e sua obra.*

Página 12.

## Jornalistas enfrentam dificuldades na Grã-Bretanha

*Um dos jornalismo mais dinâmicos do mundo é o da Grã-Bretanha. Os jornais de circulação nacional chegam a vender, juntos, 14 milhões de cópias.*

Página 3.

## Sindicato fecha acordo com ganho real

O Acordo Coletivo de Trabalho fechado pelo Sindicato dos Jornalistas este ano contém grandes avanços. O principal deles foi o reajuste salarial, que atingiu 30% em relação ao piso anterior. O novo piso da classe ficou em R\$ 470.00, com um ganho

real da ordem de 8%, índice bastante superior à média de reajuste conseguido por muitos sindicatos em todo o País. Nas páginas centrais, a íntegra do acordo, que deve ser lido atentamente para que o jornalista exija o seu cumprimento.

Páginas 6 e 7

## Comissão revisará registro profissional

Nos próximos dias será iniciada a revisão de todos os registros de jornalistas do Piauí, a exemplo do que está acontecendo em todo o País, por determinação do Ministério do Trabalho.

Página 2

## Brasil lidera extermínio de jornalistas na AL

O exercício da profissão de jornalistas, prega o Código de Ética da categoria, é uma atividade e natureza social e finalidade pública. Entretanto o direito dos profissionais exercerem sua profissão continua sendo violado, as vezes com violência e assassinatos.

Página 5



**RETRANCA**

Sindicato dos Jornalistas  
Profissionais do Estado do Piauí

### DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Mário Rogério  
Vice-presidente - Pires de Sabóia  
Secretário: Pedro M. Ribeiro Jr.  
Segundo-secretário: Marcelino  
Tavares

Tesoureiro: Kenard Krueel  
Segundo-tesoureiro: Deuzimar da  
Silva

### SUPLENTE DA DIRETORIA

Antonio Costa - (Costinha)  
Olivan Rodrigues  
Raimundo Cazé

Alice Moreira  
Carmém Lúcia  
Ademar Danilo (Carioca)

### CONSELHO FISCAL

J. Medeiros  
Arimatéia Moreira  
Heloísa Farias

SUPLENTE  
Pedro Alcântara Nascimento  
Sérgio Matias

Marco Vilarinho  
REPRESENTANTES JUNTO À  
FENAJ

Magnus Pinheiro  
Fernando Said  
SUPLENTE  
Marcelo Rocha  
Luis Carlos Oliveira Silva

Rua Desembargador Freitas 1542  
Fone: 222-0406

Editoração eletrônica  
Grifo - Assessoria e Comunicação  
Rua 7 de Setembro, 525 - 1º andar  
Fone/Fax: (086) 222-6338  
Teresina - PI

# Sindicato inicia processo de dissídio contra as TVs

O Sindicato dos Jornalistas vai entrar com dissídio contra as empresas de televisão para que assinem o Acordo Coletivo de Trabalho. Todo o rito exigido pela negociação está sendo cumprindo.

Ainda no início das negociações, foram enviados convites e cópias da nossa pauta de reivindicações para todas as empresas de comunicação, sendo que apenas as empresas de veículos impressos compareceram, como já é tradição.

Depois do fechamento do

## Registro de jornalistas vão sofrer revisão

Será iniciada nos próximos dias a revisão de todos os registros de jornalistas do Piauí, obedecendo determinação do Ministério do Trabalho, devido aos problemas de falsas aposentadorias, no estado do Rio de Janeiro. A revisão será feita por uma comissão nomeada pelo ministro do trabalho, Paulo Paiva, com representantes do Sindicato dos Jornalistas, dos empresários de comunicação e da DRT.

Para que os trabalhos sejam iniciados, está faltando apenas a comissão estadual ser empossada pela delegada do Trabalho, Audrey Magalhães. O representante do sindicato é o assessor jurídico da entidade e jornalista Cliff Vilar. Sua indicação deveu-se a uma orientação da Fenaj para que os sindicatos indicassem pessoas com conhecimentos jurídicos. Representando a DRT, foi nomeado o também jornalista Rubervan do Nascimento e os empresários, o superintendente do Diário do Povo, Eulálio Damásio.

Cliff Vilar participou, recentemente, em São Paulo, de uma reunião promovida pela Fenaj para definir uma linha de ação única dos sindicatos. Depois dessa reunião, os números dos registros profissionais serão modificados. As decisões da comissão terão que ser tomadas, necessariamente, por unanimidade. Quem se sentir prejudicado poderá recorrer à comissão nacional.

acordo com os jornais, o sindicato enviou cópias do acordo assinado, com ofício convidando as empresas a sentarem à mesa até o dia 29 de março. Como era esperado, nenhuma se manifestou.

Assim, no início de abril, o sindicato vai provocar as empresas através da DRT para que sejam abertas negociações. Como já esperamos que as empresas não enviarão representantes, entraremos, então, com o dissídio no Tribunal Regional do Trabalho.

Esperamos que o TRT dê resposta positiva a nossa demanda

para pôr fim ao regime de semi-escravidão que impera nas televisões, onde profissionais qualificados exercem até cinco funções com salários inferiores ao piso da categoria.

Agora é importante que jornalistas apoiem a iniciativa do sindicato e, principalmente, requeiram que as empresas assinem suas carteiras de trabalho com a profissão de radialista, prática bastante comum e que, infelizmente, não sofre nenhuma obrigação por parte dos colegas, que pecam pela omissão.

## Combate ao falso jornalista

O Sindicato dos Jornalistas está fazendo um levantamento em todos os veículos de comunicação e assessorias de imprensa visando detectar o exercício ilegal da profissão. Após a conclusão desse levantamento, as empresas infratoras serão denunciadas à Procuradoria do Trabalho.

Qualquer jornalista pode denunciar os falsos "profissionais" pelo telefone 222-0406. Além da denúncia à Procuradoria contra as empresas, o sindicato denunciará à Polícia Federal as pessoas que, mesmo notificadas, continuarem no exercício da profissão sem o devido registro fornecido pela DRT.

### TABELA DE PREÇOS PARA FREE-LANCE E SALÁRIOS

SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DO ESTADO DO PIAUÍ	
<b>REDAÇÃO</b>	
Lauda de 20 linhas 70 toques	30,00
Mais de duas fontes: 50% a mais	
<b>EDIÇÃO POR PAGINA</b>	
Tablóide	50,00
Standard	60,00
<b>DIAGRAMAÇÃO POR PAGINA</b>	
Tablóide	20,00
Standard	30,00
Revista	10,00
<b>REPORTAGEM FOTOGRAFIA</b>	
<b>REPORTAGEM EDITORIAL</b>	
Saída cor ou P&B até 3 horas	50,00
Saída cor ou P&B até 5 horas	80,00
Saída cor P&B até 8 horas	100,00
Foto de arquivo para uso editorial	50,00
<b>REPORTAGEM COMERCIAL/INSTITUCIONAL</b>	
Saída cor P&B até 3 horas	80,00
Saída cor ou P&B até 5 horas	100,00
Saída cor ou P&B até 8 horas	150,00
<b>FOTO DE ARQUIVO PARA USO EM</b>	
Anúncio de jornais	100,00
Anúncio de Revistas e TV	150,00
Capa de disco e calendário	200,00
Outdoor	300,00
Cartazes, folhetos, camisetas	100,00
Diária em reportagem que inclui viagem	100,00
Piso salarial da categoria em março/96 - R\$ 470,00	

# Grã-Bretanha tem jornalismo dinâmico. Já os jornalistas...

*Apesar dos vários títulos e programas, profissionais enfrentam dificuldades e limitações*

A Grã-Bretanha tem um dos jornalismo mais dinâmicos do mundo. Os onze jornais diários de circulação nacional vendem mais de 14 milhões de exemplares por dia e os dez jornais dominicais vendem quase 18 milhões de cópias. Londres tem ainda um vespertino, com quatro edições diárias e uma venda de 400 mil exemplares por dia.

O telejornalismo britânico também merece destaque: seu padrão de qualidade é considerado o melhor do mundo, com quatro canais de sinal aberto. Foram eles que revelaram ao mundo, em primeira mão, a fome na Etiópia e na Somália e os campos de concentração da Bósnia.

O rádio não fica atrás. A BBC tem cinco estações nacionais, uma delas transmitindo sempre ao vivo e o Serviço Mundial, criado nos anos 30 para ser uma espécie de "voz do império", com emissões diárias em 39 idiomas. O sucesso desse trabalho pode ser comprovado com vários exemplares. Era ouvido, por exemplo, por Chico Mendes na Amazônia. E foi através desse serviço que Gorbachev acompanhou, da Criméia, o fracasso da tentativa de golpe para derrubá-lo.

As opções de revistas nas bancas também são aparentemente inesgotáveis. Em 1991, eram sete mil títulos diferentes. Com a recessão, o número caiu para cerca de 6,6 mil. E a maior agência de notícias do mundo, tanto para jornais como para TV, a Reuters, tem sua sede em Londres.

Com tantos números superlativos, a Grã-Bretanha parece o paraíso do jornalista. Mas não é. Os salários mensais para iniciantes são de 1.000 libras, ou 1.550 reais e na média ficam entre 2.580 e 3.230 reais por mês. Mais do que isso só ganham os repórteres especiais e quem exerce cargo executivo. A televisão paga melhor suas estrelas, mas estão muito longe dos astronômicos ganhos das estrelas do telejornalismo dos Estados Unidos.

As jornadas de trabalho duram de 7 a 12 horas por dia, com direito a uma, duas ou até três folgas semanais, para compensar o não-pagamento de horas extras. Salários e demais condições de trabalho são negociados empresa por empresa, por comissões eleitas



nas redações, apoiadas pela estrutura do Sindicato dos Jornalistas.

O desemprego é preocupante para a categoria também na Grã-Bretanha. A partir do governo Thatcher diminuiu o poder de negociação, já que a política econômica provocou enxugamento nas empresas, agravado pela introdução de novas tecnologias que reduziram ainda mais o pessoal das redações.

Além do desemprego, uma pesquisa realizada em abril de 1994 pelo Sindicato Nacional dos Jornalistas com 1.100 filiados revelou que 59% deles sofrem de alguma forma de artrite causada pelo uso do teclado de computadores.

## UM PARAÍSO CHAMADO GUARDIAN

Em todo esse emaranhado de dificuldades, ainda há lugar para boas notícias para a categoria. Se existe um paraíso para jornalistas, na Inglaterra, ele é o jornal The Guardian, editado e impresso de segunda a sábado, em Londres e Manchester, cidade onde a publicação nasceu em 1821.

No período pós-thatcherismo, o Guardian tornou-se um veículo de discussão de idéias da nova esquerda, dando sequência a uma longa tradição liberal, garantida pela estabilidade dos jornalistas no emprego. No Guardian, nenhum jornalista ganha menos de 4.650 reais por mês e a jornada de trabalho é de quatro dias por semana. Ninguém pode ser demitido por expressar suas opiniões, nos tex-

tos ou nas discussões internas do jornal. Essa liberdade de opinião é irrestrita e as demissões só ocorrem com o abandono do emprego.

Com essa garantia de independência, o Guardian critica ferozmente os deputados e a corrupção do governo conservador. Fez, por exemplo, a melhor cobertura do Iraquegate, o escândalo da venda ilegal de armas para o Iraque que ameaça derrubar o governo de John Major.

Mesmo esse paraíso, no entanto, está ameaçado. Na guerra de preços, o Guardian resistiu, não baixando dos 45 pence (R\$0,70), enquanto os jornais do grupo Murdoch como o tradicional The Times, chegavam a ser vendidos por menos da metade (20 pence). Ainda assim, The Guardian é o terceiro mais vendido entre os chamados jornais de qualidade, com 400 mil exemplares diários, atrás do Daily Telegraph (1 milhão) e do Times (680 mil).

Mas a pressão financeira deixou sequelas. A empresa que controla o jornal propôs, no ano passado, reformas nas redações de trabalho, com o fim da estabilidade de emprego para permitir cortes. Os jornalistas reagiram e não houve acordo. Por enquanto, o Guardian mantém seu sistema singular de relações trabalhistas, garantia de independência do jornal.

## AMEAÇADO SERVIÇO BRASILEIRO DA BBC

Criado há 58 anos, o Serviço

Brasileiro da BBC sofre a maior ameaça de sua história. O governo conservador, temendo por uma derrota nas próximas eleições, está tentando de todas as formas cortar gastos e com isso diminuir a carga de impostos paga pela população. Um de seus alvos é o Serviço Municipal da BBC, mantido com verbas públicas, diferente das emissoras nacionais sustentadas pelas licenças pagas anualmente por ouvintes e telespectadores.

Hoje, no plano internacional, a BBC tem como prioridade disputar o mercado mundial de telejornalismo. Para isso, associou-se com fortes grupos empresariais, como o Pearson, que edita o Financial Times. O rádio ficou para segundo plano e todos os seus serviços internacionais vêm sendo reavaliados. Recentemente chegou-se à conclusão de que o serviço brasileiro não está entre as prioridades.

Certamente essa não é uma boa notícia para os doze jornalistas brasileiros que trabalham na BBC. Mas para os jornalistas brasileiros em geral ela não é tão ruim. Como no Brasil a grande maioria das pessoas ouve rádio AM e FM, sem ondas curtas, a audiência do serviço da BBC diminuiu muito nos últimos anos. Com isso, a BBC passou a oferecer seus programas diretamente para as emissoras de rádio brasileiras. Pequenas rádios e outras de porte, como a CBN, passaram a contar com esse serviço gratuito, impedindo a criação de novos empregos.

No ano passado, o chefe do serviço brasileiro, Luiz Hablitzel, prometeu aos jornalistas brasileiros que vivem em Londres acabar com essa "concorrência desleal". Mas até agora nada mudou.

(Copyright Internews-Agência Internacional de Notícias)

# Hipertensão no setor de comunicação supera a de outras profissões

Um estudo apresentado no IV Congresso Brasileiro de Hipertensão, realizado em Recife (PE), em agosto de 1995, e elaborado por uma equipe de profissionais da saúde da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), revelou que funcionários de 10 empresas de notícias, entre elas os jornalistas, têm prevalência de hipertensão muito superior a de outras profissões pesquisadas, na proporção de 40% contra 25,7%. Dos hipertensos, apenas 27,6% têm conhecimento do fato e somente 5,9% estão fazendo uso de hipotensores.

Outra constatação da pesquisa foi a de que fatores tradicionalmente tidos como importantes para a pressão arterial - são citados sexo, fumo, consumo de bebidas alcoólicas, ingestão de sal e gordura, hipertensão dos pais - "têm relevância apenas devido à sua correlação com idade, índice, de massa corpórea, relação cintura-quadril e/ou jornada de trabalho, estas últimas sendo as variáveis que de fato têm significado". Em resumo, aqueles fatores mais frequentemente diagnosticados em casos de hipertensão não foram detectados entre os casos apurados.

Os dados do Estudo "Explorando os condicionantes da pressão arterial em funcionários de empresas de jornalismo" - foram colhidos por equipes de enfermeiros e residentes de medicina junto a 10 grandes empresas de jornalismo de Recife e abrangeu o universo de 900 funcionários que ocupam grupos de funcionários da mídia, os pesquisadores compararam os resul-

tados com os de outras 1500 pessoas de profissões distintas (engenheiros, médicos, estudantes, balconistas, etc).

"Em torno da notícia, provavelmente, gravita um stress muito grande. A emoção da equipe de jornalismo (repórter, cinegrafista, outros) parece contaminar o organismo", observa Hilton Chaves Júnior, coordenador da UFPE. O resultado da pesquisa aponta que não há diferença entre os jornalistas e os não jornalistas das empresas de mídia em relação à hipertensão. A distinção foi clara, no entanto, quando este universo pesquisado foi comparado ao de outros trabalhadores, ou seja, funcionários da mídia X outros profissionais. De acordo com os pesquisadores, as aferições da pressão arterial não foram feitas nos horários de "pico" de trabalho, porque nestes períodos os trabalhadores não tinham tempo para interromper a produção jornalística.

Coordenada pela Clínica de Hipertensão do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco, a pesquisa pretendeu analisar os fatores mais comumente citados como condicionantes da hipertensão arterial sobre a pressão sanguínea dos indivíduos. Hilton Chaves, também vice-presidente do Departamento de Hipertensão da Sociedade Brasileira de Cardiologia, adianta que o estudo da UFPE será apresentado em Nova Iorque, no mês de maio, durante a realização do Congresso Americano de Hipertensão, considerado o maior evento americano de hipertensão.

O presidente do sindicato, Mário Rogério, esteve quarta-feira (27 de março) na Assembléia quando manteve contato com o presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Casa, deputado Humberto Reis da Silveira, requerendo realização de uma audiência pública para a discussão do projeto de emenda da lei da Assessoria de Imprensa nos órgãos públicos estaduais.

O projeto de emenda propõe a

## Audiência pública na Assembléia

abertura para os radialistas do direito de serem contratados como assessores de comunicação no governo estadual. A lei em vigor garante esse direito apenas aos jornalista-

tas. Mário Rogério entende que a discussão pública da questão é importante porque o assunto divide a categoria. O sindicato deverá chegar com uma posição fechada, a ser tirada em assembléia da categoria.

### Informe publicitário

ESTADO DO PIAUÍ  
CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA

Exmo. Sr. Ministro Extraordinário dos Esportes  
Edson Arantes do Nascimento (Pelé)

Nós abaixo assinados, vereadores por Teresina, vimos, através deste expediente, solicitar especial atenção de V. Exa., no sentido de que seja reparada uma situação causada pela fatalidade de um vendaval, que destruiu parcialmente as instalações do Ginásio de Esportes "Dirceu Arcoverde", em nossa cidade.

Tomamos esta iniciativa em função do clamor de nossa sociedade; principalmente dos jovens, que perdeu temporariamente este espaço conquistado com muito sacrifício.

É mister ressaltar, que este ginásio faz parte de um patrimônio incalculável, pois nele são promovidas as mais variadas manifestações de nosso povo, como: esportivas, religiosas, culturais dentre outras.

Por fim, Sr. Ministro, sabemos de vossa sensibilidade para com este tipo de clamor popular e, por esta razão, tomamos a decisão de reforçar a lista de solicitações e pedidos de nosso povo, ao qual devemos solidariedade, principalmente neste momento de inquietação, para termos de volta este espaço.

N. Termos,  
P. Deferimento.

Teresina, 14 de março de 1996

Carlos Alberto Pulim	Édson Melo
Marcos Vitor	Djalma Filho
Paulo Cunha	Deusdeth Nunes (Garrincha)
Francisca Trindade	José Ferreira
Olésio Coutinho	Ursulino Neto
Miranda Dantas	Nilson Cavalcante
Antônio José Cavalcante	Mardônio Sousa
Henrique Rebêlo	Reynaldo Khoury
Assis Machado	Renato Berger
Valdinar Pereira	Antônio Mariano
Chico Wilson	

## FUNDAÇÃO INÊS DE OLIVEIRA SANTOS

Serviço de enfermagem gratuito

.Aplicação de injeção  
.Curativos  
.Aplicação de soro  
.Retirada de pontos  
.Verificação de pressão arterial

Presidente: Vereador Valdinar Pereira  
Responsável técnico: Enfermeira Maria de Jesus Miranda

Rua Gabriel Ferreira, 1031/N  
Fone: 223-0417 - Teresina - PI.

## TAMBAQUI PESCA E LAZER

Rodovia PI - 130, Km 25 - Nazária

Stand de vendas: Av. Miguel Rosa, 3445-B

Fone: (086) 223-8476

Teresina - Piauí

## BABYLÂNDIA VARIEDADES

A melhor opção da cidade

.Brinquedos  
.Artigos escolares  
.Móveis e eletrodomésticos

Rua Lizandro Nogueira, 1197/N - Fone: 222-2062

Teresina - PI

## Assassinato de jornalistas: Brasil é líder na AL

O exercício da profissão de jornalista é uma atividade de natureza social e finalidade pública, prega o Código de Ética da categoria, aprovado em setembro de 1985. Mas, o direito dos profissionais exercerem suas funções continua sendo violado. Somente em 1995, quatro jornalistas foram assassinados no país, colocando o Brasil como líder na América Latina em número de casos de jornalistas assassinados no país, colocando o Brasil como líder na América Latina em número de casos de jornalistas assassinados.

As agressões e ameaças contra os profissionais da imprensa também surpreenderam e somaram, no ano passado, 29 casos.

Os crimes de assassinato, de acordo com o Relatório Anual da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), publicado em dezembro de 95, foram cometidos em pequenas cidades do

interior, como o que ocorreu com Reinaldo Coutinho da Silva, 53 anos, dono do Cachoeiras Jornal, na cidade de Cachoeira de Macacu (RJ), morto com 14 tiros em São Gonçalo (RJ), dentro do seu próprio carro.

Os tiros também eliminaram a vida de Zaqueu de Oliveira, editor do jornal Gazeta de Barraso, Minas Gerais - assassinado na praça de sua cidade, em 21 de março de 95 -, Marcos Borges Ribeiro, proprietário do jornal O Independente, do município de Rio Verde, Goiás - morto no dia 1º de maio, enquanto dormia em sua residência -, e Aristeu Guido da Silva, dono do jornal AGazeta de São Fidélis, da cidade de São Fidélis, noroeste do Rio de Janeiro - recebeu 7 tiros no dia 12 de maio.

No relatório que denuncia as agressões contra os jornalistas brasileiros, o presidente da Fenaj, Américo Antunes, lamenta o fato de o Brasil ainda conviver com violações à liber-

dade de imprensa e lembra que ainda vigora no país a Lei de Imprensa nº 5.250, criada em 1967 e "inspirada na ideologia de Segurança Nacional, que cerceia a atividade profissional dos jornalistas".

### Estatística Brasileira 4 jornalistas foram assassinados em 1995:

**Zaqueu de Oliveira**, editor do jornal Gazeta de Barroso, Minas Gerais. Assassinado a tiros pelo comerciante José Carlos de Souza logo após uma discussão sobre matéria publicada pelo jornalista sobre a família do comerciante. O inquérito está parado e José Carlos de Souza aguarda definição do processo em liberdade.

**Marcos Borges Ribeiro**, proprietário do jornal O Independente, do município de Rio Verde, Goiás. Assassinado em sua residência. O policial Cláudio dos Reis Santana assumiu a autoria do crime. O Independente havia publicado matéria sobre abuso dos direitos humanos praticado por policiais de Rio Verde e fez acusações contra a administração municipal, secretários e ex-secretá-

rios e a Polícia Civil local. O inquérito que responsabiliza o policial Cláudio dos Reis Santana espera parecer do Ministério Público.

**Aristeu Guido da Silva**, dono do jornal A Gazeta de São Fidélis, localizado em São Fidélis, noroeste do Rio de Janeiro. Morto em frente à sua residência, levou sete tiros disparados por dois homens encapuzados que estavam em duas motocicletas. Segundo seu pai, o jornalista vinha recebendo ameaça por publicar matérias que denunciavam supostas irregularidades praticadas pelo presidente da Câmara Municipal daquela cidade, Davi Loureiro (PDT) e outros vereadores. A polícia não identificou os autores do assassinato.

**Reinaldo Coutinho da Silva**, dono do Cachoeiras Jornal, localizado em Cachoeira de Macacu, Rio de Janeiro. Assassinado com 14 tiros. Conforme apurou o delegado José Fernandes Beliche, de São Gonçalo (RJ), onde ocorreu o crime, o assassinato tem relação com uma série de denúncias publicadas pelo jornalista envolvendo o ex-prefeito Rui Coelho Gomes. A polícia ainda não identificou o autor dos disparos.

Informe Publicitário

# ALTERNATIVA

## A escola que dá certo

Desiludidos com o nível do ensino público e frustrados com os altos preços cobrados pela escola particular, um grupo de pais de alunos resolveu criar uma associação e, daí então, fundar a Escola Alternativa. Quem relata é o presidente da Associação de Pais de Alunos do Estado do Piauí, Francisco Antônio Leite: "Nós começamos a discutir a idéia ainda em 1988, mas somente em 92 fizemos funcionar o primeiro ano letivo da Escola Alternativa, no andar superior do prédio da Caixa Econômica Federal, na Avenida José dos Santos e Silva, próximo à Praça Da Costa e Silva".

Atualmente, a Escola Alternativa conta com dois endereços. Um é na Rua 24 de Janeiro, 433/S, um prédio amplo, do-



Leite: Não temos ainda o pré-escolar por falta de um prédio adequado.

tado de todas as dependências necessárias ao bom funcionamento de uma escola. Lá funcionam da 1ª série do primeiro grau à 3ª série do segundo grau. As quatro primeiras séries do 1º grau funcionam nos turnos da manhã e tarde. As

demais nos três turnos. O outro endereço é um prédio, embora mais modesto em relação ao da 24 de Janeiro, situado na Rua Lucídio Freitas, 816/N.

"Não temos ainda o pré-escolar por falta de um prédio adequado, mas é pensamento nosso oferecermos futuramente. E quem sabe, mais adiante poderemos oferecer até mesmo o nível superior: A experiência da Escola Alternativa tem dado certo e sempre estamos recebendo convites para falar sobre ela em municípios do interior, como Campo Maior, Floriano, Picos e Oeiras. A Escola Alternativa abriu caminho para outras escolas semelhantes, haja visto a dos funcionários da Cepisa, que funciona no prédio onde funcionou a Unidade Escolar Migeul Borges, na Avenida José dos Santos e Silva", relata, com entusias-

mo, Francisco Leite.

Leite diz ter plena certeza de que a Escola Alternativa oferece um ensino que pode ser comparado aos da escola privada, com mensalidades bem mais em conta. "Outra coisa que quero ressaltar: o professor da nossa escola tem que ter um compromisso pedagógico, ele deve participar muito mais com o ideal de que o sistema alternativo de ensino foi criado com o papel de ajudar a sociedade", diz Leite, ressaltando que os professores e demais funcionários da Escola Alternativa percebem bons salários se comparados com o que o poder público paga.

Abordado a respeito da clientela, Francisco Leite disse que os alunos da Escola Alternativa são oriundos das classes de menor poder aquisitivo. "É aquilo que afirmo antes: os pais desiludidos com o ensino oficial e frustrados com os preços cobrados pela rede privada acabam matriculando seus filhos na nossa escola", reforça.

# Acordo Coletivo

O acordo coletivo fechado recentemente, têm uma série de avanços em relação ao do ano passado. O principal, foi o reajuste salarial, que ficou 30% sobre o piso anterior, chegando a R\$ 470,00, com 8% de aumento real, índice bastante superior à média dos reajustes conseguidos por sindicatos de todo o país que tiveram reajustes reais médio de 4 a 5%.

As empresas, a partir deste ano, terão que fazer um seguro contra invalidez e morte dos jornalistas, no valor de R\$ 10 mil e a mulher gestante terá estabilidade de 40 dias após o fim da licença-maternidade.

Outra conquista, que não existia nos acordos anteriores, é que agora as empresas são obrigadas a complementar o salário do jornalista que se afastar do emprego por problema de saúde, do 16º dia até o 45º dia.

As diárias dos jornalistas que trabalham aos domingos e feriados serão pagas, a partir de agora, pelo valor do salário do profissional e não de acordo com o piso, como algumas empresas estavam fazendo.

Abaixo, a íntegra do Acordo Coletivo de Trabalho.

Por meio deste instrumento, de um lado o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Piauí, entidade sindical investida de representação da categoria, com sede nesta capital, na rua Desembargador Freitas, 1542, por seu presidente abaixo assinado, doravante designado Sindicato, e, do outro, as empresas proprietárias de veículos de comunicação, por suas empresas e/ou advogados, doravante designados empresas, instituem entre si as seguintes cláusulas, que passam a integrar os Contratos de Trabalho dos Jornalistas a serviço das referidas empregadoras, tudo conforme abaixo se declara:

Cláusula 1ª - A vigência do presente Acordo é de um ano, a contar de 01/02/1996 a 31/01/1997, podendo ser revisto em parte ou no todo por solicitação de qualquer das partes.

Cláusula 2ª - O Acordo abrange todos os jornalistas que trabalhem em empresas de comunicação.

Cláusula 3ª - O piso salarial da categoria profissional terá, a partir da vigência deste Acordo, o valor de R\$ 470,00 (quatrocentos e sessenta reais). Os salários dos jornalistas serão corrigidos pela política oficial, mais 2% a cada quadrimestre.

Parágrafo Único - Ficam assegurados, para efeito de cumprimento deste instrumento normativo, os salários acordados entre as Empresas e seus jornalistas, desde que não sejam inferiores ao piso salarial contido nesta cláusula.

Cláusula 4ª - Fica acordado que o pagamento dar-se-á até o quinto dia útil do mês subsequente, em espécie. Se em cheque, caso o quinto dia útil seja uma sexta-feira ou véspera de feriado, o pagamento será antecipado para o dia imediatamente anterior.

Cláusula 5ª - Aos jornalistas será concedido de acordo com a situação das empresas, adiantamento salarial entre 30% e 40%, entre os dias 15 e 20 do mês.

Cláusula 6ª - Os repórteres fotográfico, cinematográfico ou cinegrafista farão jus à taxa de insalubridade prevista em lei.

Cláusula 7ª - Fica assegurado aos jornalistas anuênio de 2%, computa-

dos por tempo de empresa.

Cláusula 8ª - As Empresas farão seguro no valor mínimo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), em favor dos jornalistas.

Cláusula 9ª - As Empresas pagarão as diárias aos jornalistas de acordo com o salário de cada um.

Cláusula 10ª - As Empresas pagarão para os empregados em gozo de auxílio-doença concedido pela Previdência Social, no período contado entre o 16º (décimo sexto) e 45º (quadrágésimo quinto) dia de afastamento, uma complementação salarial. A aludida complementação corresponderá à diferença entre o que a Previdência Social pagar e o salário fixo do empregado anotado na Carteira Profissional.

Parágrafo Único - Quando o empregado não tiver direito ao auxílio previdenciário ou acidentário, por não ter ainda completado o período de carência exigido pela Previdência Social, a Empresa pagará o seu salário nominal entre o 16º (décimo sexto) e 45º (quadrágésimo quinto) dia do afastamento.

Cláusula 11ª - Readmitido o empregado no prazo de um ano na função que exercia, não será celebrado novo contrato de experiência, desde que cumprido integralmente o anterior.

Cláusula 12ª - As Empresas ficam obrigadas a registrar em carteira o contrato de trabalho a função exercida pelo jornalista, nos termos do Decreto nº 83.284/79, Artigo 11.

Cláusula 13ª - Nos casos de viagem por ordem expressa da empresa, esta indenizará as despesas de transporte, alimentação, hospedagem e outras necessárias à realização do trabalho, mediante comprovação pelo jornalista, fazendo a empresa adiantamento do valor das despesas estimadas.

Cláusula 14ª - Ao jornalista afastado dos serviços em decorrência de determinação médica fica assegurado o direito à estabilidade no emprego por 30 (trinta) dias a contar do retorno ao trabalho com a competente alta médica.

Cláusula 15ª - A prorrogação da jornada de trabalho, em caráter permanente por mais de 2 horas, só será permitida com o pagamento adicional mínimo de 70% da remuneração percebida pelo jornalista mediante alteração no contrato de trabalho, anotada na Carteira de Trabalho e Previdência Social.

Parágrafo Único - A extensão da jornada de trabalho, além das 7 horas, só será permitida em caráter transitório e nos casos de força maior, sendo assegurado ao empregado o pagamento adicional de 100% por hora excedente. As Empresas obrigam-se a comunicar à Delegacia Regional do Trabalho, no Piauí, os motivos da excepcionalidade.

Cláusula 16ª - Os jornalistas que prestarem serviço no período das 22 às 5 horas farão jus a um adicional noturno de 25% sobre o valor do salário/hora diurno, por hora de trabalho noturno que prestarem.

Parágrafo Único - Aos jornalistas que desempenharem suas funções no período referido no "CAPUT", as Empresas assegurarão o transporte entre o local de trabalho e a residência do empregado ou, a critério das partes, custeará as despesas de transporte.

Cláusula 17ª - Os jornalistas que trabalharem entre 10 e 15 horas terão direito a uma refeição.

Cláusula 18ª - Fica instituída a estabilidade provisória à jornalista gestante desde o início da gravidez até 40 dias após o término do benefício

**DR. OLÉSIO COUTINHO FILHO**

Otorrinolaringologia - Bracoesofagologia  
(Ouvido - Nariz - Garganta)

CRM 462 - CPF 266912307 144

Consultório: Rua Barroso, 1179/C - Edif. D. Avelar - Sala 207

Fone: 222- 1910

**Dr. Marcos Vitor Pereira de Carvalho**

Dermatologia e Cirurgia Dermatológica

CIC 099.728.973-20 - CRM - PI 1117

CONSULTÓRIO:

Rua Paissandú, 2203/Sul

Fone: (086) 221-4200

Teresina - PI

# de Trabalho 96/97

previdenciário, salvo no contrato de experiência.

**Cláusula 19ª** - Fica assegurado ao jornalista o pagamento previsto na legislação trabalhista, quando convocado para trabalhar no dia de folga semanal nos termos do Decreto 94.591, de 10/07/87, resguardado o direito à folga em dia subsequente e a alternância dos domingos, salvo acordo entre as partes.

**Cláusula 20ª** - O Sindicato será ouvido sobre o exato enquadramento de função de cada jornalista, nos termos do parágrafo único do Art. 11 do Decreto 83.284, de 13/03/79, quando da sua contratação pela empresa.

**Cláusula 21ª** - O repórter fotográfico que utilizar o seu equipamento a serviço da empresa receberá um adicional de 50% (setenta por cento) sobre o seu salário. O uso do equipamento próprio terá que ser combinado entre as partes, ficando as Empresas obrigadas pelo conserto ou indenização, no caso de danos ocorridos.

**Cláusula 22ª** - Nenhum jornalista será compelido a fazer ou revisar matéria, com fins publicitários, para jornal, TV, revista ou rádio. Caso haja concordância, ser-lhe-á devido pagamento combinado entre as partes. O jornalista obriga-se, contudo, a fiscalizar para que o material produzido seja editado com sinais característicos de matéria publicitária.

**Cláusula 23ª** - As Empresas se comprometem a não demitir jornalista com mais de 10 (dez) anos de casa e que esteja a até um ano para adquirir o direito de aposentadoria integral.

**Cláusula 24ª** - As Empresas não descontarão dos dias de serviço dos jornalistas eleitos em assembleia geral para participar de seminários, encontros, congressos, conferências, que tratem do interesse da categoria, durante a realização do evento, desde que solicitado por escrito e que não seja mais de 1 (um) empregado por empresa.

**Cláusula 25ª** - As Empresas se comprometem a enviar mensalmente ao Sindicato uma relação contendo as admissões e dispensas do seu quadro de empregados, bem como a descontar a mensalidade do Sindicato, a partir do ingresso do jornalista na empresa, mediante a apresentação de requerimento assinado pelo jornalista e homologado pelo Sindicato.

**Parágrafo Único** - A suspensão do desconto de que trata este artigo somente poderá ocorrer mediante a apresentação de requerimento assinado pelo jornalista e homologado pelo Sindicato.

**Cláusula 26ª** - As Empresas dispõem do prazo de até dois dias do pagamento para depositar as mensalidades de todos os jornalista na conta do Sindicato. Findo o mesmo, as Empresas estarão sujeitas às penalidades da lei, além das penalidades previstas neste acordo.

**Cláusula 27ª** - Os empregados estudantes, quando do comparecimentos às provas escolares obrigatórias, desde que as Empresas sejam avisadas com antecedência mínima de 24 horas, poderão compensar o horário de falta em outro de conveniência do empregado antes ou após a sua jornada de trabalho, uma vez comprovada a realização da atividade.

**Cláusula 28ª** - As Empresas, na forma da lei, concederão crédito aos textos, ilustrações, fotografias etc., que sob hipótese alguma devem ser de pessoas não habilitadas, de acordo com a lei que regulamenta a profissão.

**Cláusula 29ª** - As Empresas ficam obrigadas a fornecer vale-transporte quando solicitado pelos jornalistas, de acordo com a lei.

**Cláusula 30ª** - Ficam as Empresas obrigadas a fornecer os meios necessá-

rios para o deslocamento de seus jornalistas quando em atividades extras.

**Cláusula 31ª** - A critério das Empresas e com a concordância dos jornalistas, por escrito, os deslocamentos poderão ser feitos em veículos de propriedade destas, devendo haver o reembolso dos gastos com combustíveis, pedágios e taxas de estacionamentos. Em caso de acidentes, sem culpa comprovada dos jornalista, a empresa será obrigada a cobrir os gastos relativos à recuperação dos veículos, desde que o culpado não seja identificado.

**Parágrafo Único** - Em caso de roubo ou furto, as Empresas serão obrigadas a pagar o valor de mercado do veículo ao jornalista prejudicado, desde que obedecidas as condições da Cláusula acima.

**Cláusula 32ª** - As Empresas comprometem-se a colocar grade de proteção nos carros de reportagem de sua propriedade, de forma a separar os empregados dos equipamentos transportados, com o objetivo de prevenir acidentes. Na liberação de transporte de serviço, as Empresas comprometem-se a verificar se os veículos encontram-se em perfeitas condições de segurança e funcionamento.

**Cláusula 33ª** - As Empresas pagarão auxílio-funeral no valor de um piso salarial da categoria, pelo falecimento do cônjuge e de filhos menores de 18 anos, mediante a apresentação do devido atestado, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o óbito.

**Cláusula 34ª** - O jornalista com menos de 1 (um) ano de serviço que rescindir espontaneamente o seu Contrato de Trabalho fará jus a férias proporcionais de 1/12 (um doze) avos para cada mês completo de efetivo serviço.

**Parágrafo Único** - É considerado mês completo de serviço o período igual ou superior a 15 (quinze) dias de trabalho efetivo.

**Cláusula 35ª** - O jornalista dispensado sob alegação de falta grave deverá ser avisado do fato por escrito e contra-recibo, esclarecendo-se claramente o motivo.

**Cláusula 36ª** - As Empresas divulgarão a data fixada para a eleição dos representantes da CIPA, com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência, dando publicidade inteira da convocação e do resultado da eleição, enviando cópias para o Sindicato.

**Cláusula 37ª** - As Empresas concederão gratuidade nas publicações oficiais do Sindicato, tais como editais, avisos, notas etc., bem como enviarão regularmente um exemplar diário de suas publicações para a sede do Sindicato.

**Cláusula 38ª** - As Empresas que exigirem o uso de vestuário específico, para o desempenho de suas funções ficam obrigadas a fornecer semestralmente um jogo completo da vestimenta exigida.

**Cláusula 39ª** - As Empresas devem adotar o sistema do salário-educação, firmando aos empregados, ou aos filhos destes, nos termos do Decreto-Lei nº 1.422, regulamentado pelo Decreto nº 87.043/83.

**Cláusula 40ª** - As Empresas obrigam-se a liberar os jornalistas detentores de mandato sindical na diretoria executiva, como presidente, secretário-geral e tesoureiro, a pedido deste, sem prejuízo para as empresas.

**Parágrafo Único** - A obrigação das Empresas ao disposto nesta cláusula compreende a liberação de apenas um dos diretores mencionados, indicado pelo Sindicato, caso dois ou mais pertençam à mesma empresa. -

**Cláusula 41ª** - Os dirigentes sindicais terão livre acesso ao quadro de aviso das empresas para informes do Sindicato.

**Cláusula 42ª** - Os empregadores farão os pagamentos dos jornalistas mediante contracheque, com uma via para o empregado discriminando-se salários, vencimentos, gratificações e descontos.

**Cláusula 43ª** - Fica estipulada multa de 20% (vinte por cento) do salário normativo da categoria pelo não cumprimento de qualquer das cláusulas deste Acordo, após a devida apuração pelo órgão normativo fiscalizador.

**Cláusula 44ª** - Fica mantido 1ª de fevereiro como data-base da categoria.

**Cláusula 45ª** - Este Acordo terá vigência até a assinatura de um novo Acordo Coletivo de Trabalho.

**Cláusula 46ª** - Para que o presente Acordo Coletivo de Trabalho produza os efeitos legais e torne obrigatório para os acordistas, em obediência aos termos do Art. 614 da CLT, requerem desde já seu depósito na Delegacia Regional do Trabalho, no Piauí, para fins de registro. É por assim estarem de pleno acordo, os acordantes assinam o presente instrumento de Acordo Coletivo de Trabalho em 2 (duas) vias.

## Dr. Mardônio Paz Sousa

### PSIQUIATRA

#### CONSULTÓRIO:

Rua 24 de Janeiro, 247 - Sul

Fone: 221-1075

CEP 64.000  
Teresina - PI

Tersina, 1 de fevereiro de 1996

# Longevidade média dos jornalistas é inferior a de outras profissões, diz OIT

Pesquisa realizada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) junta a sindicatos e publicada, em 1984, no livro "Profissão: Jornalista", revelou que a longevidade média dos jornalistas é inferior a de profissões similares na República Federal da Alemanha, Finlândia, Jordânia e Sri Lanka. Na Polônia, onde foi feito um estudo especial sobre o tema, descobriu-se que a longevidade média dos jornalistas é inferior à de todas as demais profissões daquele país. O tempo médio de vida dos jornalistas, de acordo com a pesquisa, se equiparou à da população apenas na Áustria e URSS e a de profissões similares na Espanha.

O trabalho da OIT também

identificou as doenças cardiovasculares, as neuroses (em menor grau), as doenças do aparelho digestivo - especialmente complicações biliares e úlceras gástricas - como sendo as enfermidades mais frequentes encontradas na profissão de jornalista. Todos esses problemas foram associados aos hábitos e condições de vida dos profissionais, apontando um comportamento nocivo à saúde destes trabalhadores.

Entre as condições apuradas, constatou-se que o descanso semanal é reduzido, os horários são irregulares, há frequência no trabalho noturno, regime alimentar anárquico, ansiedade e tensão nervosa - os principais motivos verificados para esse comportamento foram a

necessidade de estar na vanguarda da informação ou trabalho rápido realizado em função do temor de se perder uma notícia importante ou de lançar uma notícia sem a devida apuração; a competição; insegurança no emprego; frustrações inerentes à profissão, entre outras.

Na visão de alguns jornalistas, essas condições prejudicam os profissionais, revela a OIT, ao divulgar outros trabalhos do gênero realizados em diferentes regiões. Pelo menos 48% dos jornalistas suecos consultados pela Organização Central de Empregados, em 1976, admitiram a sensibilidade em relação à tensão mental, com frequência. Sobre a mesma questão 37% disseram que a tensão

mental é ocasional e somente 15% afirmaram que esses sintomas são raros ou nunca aparecem. Outro estudo feito em 1974 junto aos jornalistas austríacos indicou que pelo menos 37% do universo pesquisado temiam que sua saúde se ressentisse das más condições de trabalho dos profissionais. A maioria (63%), no entanto, alegou não sentir tal inquietação.

Ao citar contratos padrões elaborados por organizações sindicais sobre seguridade social, a OIT dá como exemplo a sugestão da Federação Internacional dos Jornalistas. A FIJ recomenda que, no caso de enfermidade, o jornalista perceba seu salário durante pelo menos seis meses, entre outras sugestões.

## Informe Publicitário

### Movimento estudantil tem mais uma vitória

Os estudantes teresinenses obtiveram no dia 06 de março deste ano uma grande vitória: a manutenção dos 120 vales-estudantia. A Câmara Municipal manteve pelo escorço de 11 votos a nove o veto do prefeito Francisco Gerardo ao projeto de lei de

autoriza do vereador Edson Melo (PSDB), que reduzia a quantidade/mês pela metade. Vale ressaltar que, no dia anterior, vários vereadores se ausentaram da sessão, impedindo a votação da matéria.

Segundo o presidente da Central Colegial dos Estudantes Piauiense (CCEP), Luis Cabral, a união de forças entre CCEP, UMES e DCE da Ufpi foi decisiva para mais esta vitória do movimento estudan-

til. Na opinião de Cabral, o projeto do vereador Edson Melo nada mais era do que uma manobra para beneficiar os empresários do transporte coletivo, uma medida antipática, antipopular e, até mesmo, desumana. "Afinal de contas, o estudante precisa se deslocar para a educação física, para uma biblioteca para realizar um trabalho. E tem também o direito de se locomover para onde bem quiser. Por isso não se justifica somente o total de 60 vales por mês", diz Cabral.

Com relação à aprovação do projeto de redução dos vales, de 120 para 60, no dia 06 de dezembro de 95, no período de férias, disse Cabral que tal fato pode ser encarado como uma manobra de alguns vereadores, "já que na época ficava difícil mobilizar os estudantes".

Finalizando, disse Cabral que "mais uma vez os estudantes mostraram a capacidade de luta, de mobilização, não permitindo que um direito adquirido fosse retirado".

## Informe Publicitário

### Cepisa vai construir linha S. João/E. Martins

O governador Francisco de Assis de Moraes Souza recebeu no Palácio de Karnak o presidente da República Fernando Henrique Cardoso, e diretores da Companhia Hidrelétrica do São Francisco - CHESF, para assinatura de convênio para a construção da linha de transmissão de 230 Kv - São João do Piauí/Elizeu Martins - com 170 km de extensão, que marcará o início do desenvolvimento da região sul do Estado do Piauí. Na obra o Governo Federal aplicará recursos da ordem de US\$ 12 milhões.

Esta região formada por vales e cerrados tem um enorme potencial agrícola, ainda inexplorado por falta de suporte energético. Além do desenvolvimento por agroindustrial serão viabilizadas indústrias de beneficiamento de calcário.

Na região situam-se 19 municípios piauienses abrangendo uma área de 120 mil km<sup>2</sup> que representa quase a metade do Estado do Piauí, com uma população, hoje de 300 mil habitantes.

As principais cidades piauienses a serem beneficiadas são Elizeu Martins, Bom Jesus, Canto do Buriti, Redenção do Guruguá, Curimatá e Corrente. Não só o Piauí será beneficiado com a construção dessa linha, mas também a região sudeste do Estado do Maranhão.

Hoje a região é atendida por uma li-

inha de transmissão da Cepisa de 69Kv que sai de Boa Esperança na cidade de Guadalupe passando por Bertolínea, Elizeu Martins e Bom Jesus, com capacidade de transporte de energia insuficiente para atender à demanda de consumo atual, o que inviabiliza totalmente o desenvolvimento de uma região tão extensa, rica e promissora.

Com a conclusão dessa obra a Cepisa passará a receber da CHESF energia suficiente para ampliar o seu mercado consumidor devendo, no entanto, aplicar recursos da ordem de 8 milhões de dólares na ampliação do sistema de subtransmissão e de distribuição.

Em 1995 a Cepisa admite que deixou de vender para esta região quase 4.000 MWh/ano, o que representa uma perda de receita da ordem de 440 mil dólares com perspectiva de em 2 anos esta perda estar ampliada para 6.000 MKh/ano, o que equivale a uma perda de receita de 650 mil dólares. Tudo isto sem considerar que a disponibilidade de energia atrairá certamente novos investimentos também de empresários de outros Estados, o que ampliará bastante o mercado de energia na região.



Cabral: a união de forças foi decisiva para a vitória

# Emater retoma a sua vocação rural e reabre escritórios no interior do PI.

informatização do instituto com a aquisição de quatro microcomputadores, além do início do programa de capacitação de recursos humanos, e a descentralização de recursos para as regiões administrativas, onde as deficiências mínimas são sanadas pelos próprios regionais.

O programa de recuperação e criação de escritórios foi outra iniciativa adotada pela nova administração do instituto, levando o diretor administrativo-financeiro do órgão, Jorge Lopes, a visitar os municípios, conhecendo as reivindicações dos extensionistas rurais e da comunidade, como um todo, visando a melhorias nos trabalhos desenvolvidos pelo Emater no meio rural. Em Demerval Lobão, por exemplo, o escritório está fechando há mais de dois anos e não foram poucos os pedidos para a reativação das ações desenvolvidas pelos extensionistas em todo o Estado. Dentro de pouco tempo, segundo Jorge Lopes, esses municípios, além de outros, terão, novamente, escritórios do instituto funcionando normalmente.

O Emater foi o segundo órgão da administração indireta do Governo do Estado que menor valor gastou, em suas ações, da cota destinada pela Secretaria da Fazenda, para o ano de 1995. De 1.309.000,00 (um milhão, trezentos e nove mil reais) foram gastos 62,5%, ou seja, R\$ 819.474,91 (oitocentos e dezenove mil, quatrocentos e setenta e quatro reais e noventa e hum centavos), obedecendo a política de contenção de gastos implantada pelo governador Francisco de Assis de Moraes Souza.

**Segundo Jorge Lopes, dentro de pouco tempo, vários municípios terão novamente escritórios do Emater**

Mesmo com as dificuldades enfrentadas pelo Estado, o diretor administrativo-financeiro do Emater, Jorge Lopes, disse que, no primeiro ano de governo, o



Jorge Lopes visita municípios e conhece as reivindicações dos extensionistas rurais e da comunidade.

instituto conseguiu o saneamento de suas ações, pagamentos em atraso - consequência de governos anteriores -, assim como a negociação de todos os processos trabalhistas pendentes ( negociação e pagamento ), e a recuperação de 35% da frota de veículos - recebida quase que to-

talmente inutilizada.

O Emater também deu início a renovação de sua frota de veículos com dinheiro procedente do BIRD - Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento, com a compra de 18 veículos novos que estão a serviço dos regionais, atendendo a reivindicações dos pequenos e médios produtores rurais;

**O Emater foi o segundo órgão da administração indireta do Governo que menos gastou**

# Postos nos bairros descentralizam o atendimento na Agespisa

Já estão funcionando normalmente os três postos de atendimento que a Agespisa instalou nos bairros Parque Piauí, Ininga e Buenos Aires, para descentralizar o atendimento aos usuários e agilizar a prestação de serviços. Os postos funcionam em prédios ligados aos reservatórios da campanha nos três bairros, com pessoal capacitado para solucionar todos os problemas dos consumidores de água das regiões próximas.

Inaugurados no final de janeiro passado, com a presença do governador Francisco de Assis de Moraes Souza, os postos de atendimento dos bairros estão facilitando a vida dos moradores das áreas beneficiadas e desafogando o Setor de Atendimento ao Público que funciona na sede da empresa.

Em qualquer um dos três postos de atendimento o usuário da Agespisa vai poder solicitar todo tipo de serviço sob a responsabilidade da estatal, como o pagamento da conta de água, ligação domiciliar, religação, verificação de débito, refaturamento de contas, parcelamento, troca e inspeção de hidrômetros, além de pedido de correção de vazamentos.

Alguns destes pedidos e outras informações, o usuário também pode obter por telefone. Os moradores do Buenos Aires e vizinhança



O governador Mão Santa participou das inaugurações

bastam ligar para o telefone direto do posto de serviço, pelo número 225-1400, onde a equipe que trabalha, ininterruptamente, das 7h30 às 18h00, de segunda a sexta-feira, estará pronta para atender.

Já para os moradores da região do Parque Piauí o telefone é o geral da Agespisa, nº 221-6300, e o ramal é o 238. Quem mora nas imediações da Ininga também pode ligar o mesmo número e pedir a ligação para o ramal 237, a fim de solicitar serviços e informações à empresa.

Os mesmos serviços continuam sendo oferecidos na sede da empresa e, no caso de vazamento, também através do telefone 195.

Os postos de atendimento da

Agespisa nos bairros Parque Piauí, Ininga e Buenos Aires são equipados com computador interligado ao sistema central de informática da campanha, de forma a fornecer informações com rapidez e segurança. Em cada turno, a empresa conta, em cada um dos postos de atendimento, com uma equipe composta de três atendentes e dois caixas.

"Fizemos um esforço no sentido de descentralizar o atendimento para possibilitar soluções mais rápidas para os problemas apresentados pelos usuários. "É de nosso interesse que as pessoas procurem os postos dos bairros, a fim de desafogar as filas na sede **DESPERDÍCIO**

e também para que tenham um atendimento mais rápido e próximo de suas residências", alerta o presidente da Agespisa, Oliveira Gomes.

Ele informou também que a Agespisa está em fase final de negociação para receber os recursos necessários para descentralizar o setor de correção de vazamento de rua, sob a responsabilidade da Diretoria de Operações da empresa. Os vazamentos nos chamados canos gerais são um dos fatores responsáveis pelo grande volume de perdas da água tratada.

O fator principal que contribui para o desperdício de água são as ligações não medidas e ainda os vazamentos nos ramais domiciliares das casas que não possuem contador. Por isso a companhia também está investindo pesado na compra e instalação de hidrômetros, tanto em Teresina como no interior do Estado. Já foram instalados, só no último ano, cerca de 30 mil novos equipamentos de medição domiciliar.

"A instalação de hidrômetros, além de necessária para reduzir as perdas, é também uma medida justa porque faz com que cada usuário pague apenas a água que consome. Por isso estamos investindo nesse serviço", explica Oliveira.



Posto de atendimento do Buenos Aires



Posto de atendimento da Agespisa no Ininga

Informe publicitário

## "À assistência social é um dever do Estado e dos grupos sociais"

Com base nos princípios definidos pelas diretrizes básicas e emergenciais do Serviço Social do Estado (SERSE), a professora Adalgisa Moraes Souza coloca que "a assistência social é um dever do Estado e dos grupos sociais que definem ações promovendo e incentivando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o trabalho e o exercício consciente de cidadania".

A presidente do Serse sempre tem afirmado que, na sua ação, procura cumprir a Constituição, orientando-se nos princípios do direito para trabalhar junto aos menos favorecidos, buscando erradicar situações difíceis, reduzindo as desigualdades sociais, promovendo o bem-estar, sem preconceitos ou formas discriminatórias, com a prevalência dos direitos humanos.

**LUZ SANTA** - O programa "Luz Santa" beneficia mais de 600 mil famílias piauienses, tanto na capital quanto no interior, dentro de uma ação de grande alcance social, consistindo no ICMS que a Cepisa recolhe ao Estado, sendo repassado em forma de benefício aos pobres, sendo pago pelo Serse os débitos dos pobres com o consumo de energia elétrica. O De-

creto criando o benefício social foi elaborado com base no artigo 102, inciso 13, da Constituição Estadual.

O programa está beneficiando com isenção de pagamento de energia elétrica usuário de baixa renda, que consome até 30 kWh por mês. Ao instituir esse tipo de ajuda aos pobres, o governador Francisco de Assis de Moraes Souza (Mão Santa), explicou que em governos anteriores o imposto não era recolhido, sendo impossível essa facilidade para os que residem na periferia".

**REDUZIR DESIGUALDADES** - Dona Adalgisa Moraes Souza semanalmente visita cidades e povoados do interior do Estado, observando os problemas e levando soluções em forma de assistência e incentivo à produção. Assim, as ações do Serviço Social do Estado buscam atenuar os descompassos existentes tanto na periferia de Teresina quanto nas mais distantes cidades do interior, mediante conhecimento dos problemas que, em alguns casos, se apresentam em forma e intensidade diferentes.

**RESULTADOS FAVORÁVEIS** - A professora Adalgisa Moraes Souza sempre faz questão de conversar com cada dirigente



A primeira dama Adalgisa Moraes Souza sempre visitando a periferia, conhecendo os problemas e buscando soluções

de instituições mantidas pelo Serse, tomando conhecimento de problemas e buscando soluções contornadoras das dificuldades, para que sejam viáveis os resultados favoráveis. Muitas distorções foram corrigidas para que as instituições funcionassem cumprindo os compromissos sociais, dando prioridade aos programas que atendem jovens, crianças e idosos.

Explica a professora Adalgisa Moraes Souza que o compromisso do Serse é de coordenar a política social do Piauí, desenvolvendo programas, projetos e atividades de assistência social com ações direcionadas para a população, sem discriminações ou paternalismos.

**PROTEGENDO O MENOR** - A proteção ao trabalho dos adolescentes, através do direito de profissionalização, tem sido uma meta prioritária da professora Adalgisa Moraes Souza, que justifica esse benefício, citando que a aprendizagem é uma formação téc-

nico-profissional que vem sendo ministrada nos Centros Sociais mantidos pelo Serse, na capital e no interior, como ponto determinante de diretrizes e bases da educação, obedecendo os princípios de acesso do menor em atividades compatíveis com a condição peculiar da pessoa em desenvolvimento.

Com efeito, programas especiais são desenvolvidos pelo Serse visando atingir pontos degradantes que ainda existem no nosso sistema social, buscando a familiarização com as graves situações que vão desde os problemas das favelas e demais segmentos necessitados da capital e do interior até questões que geram tensões, envolvendo grupos necessitados e que dona Adalgisa Moraes Souza tem buscado proteger, menores, velhos e deficientes, que são assistidos pelas unidades operacionais do Serse, com diretrizes básicas para uma ação social justa e solidária.



Grupos de produção recebem incentivo do Serse



Qualificação para o trabalho é um programa válido do SERSE

# A fotografia e o direito autoral

## Lei não dá exclusividade

Sidnei Machado

Toda fotografia reproduzida deve conter o crédito ao autor, o qual pode ser realizado com nome, um sinal característico ou seu pseudônimo. A foto reproduzida sem o crédito caracteriza violação do direito autoral, podendo o autor exigir que o infrator divulgue uma errata nos exemplares ainda não distribuídos (se possível e comunique por três vezes consecutivas em jornal de grande circulação, o nome omitido do autor da foto).

Divulgar a foto sem a sua autorização, pode ainda o autor pedir uma indenização por dano moral e por perdas e danos.

A violação do direito autoral também sujeita o infrator a um processo criminal, podendo ser condenado a pena de prisão de três meses a um ano ou em uma multa.

O prazo para ingressar com a ação

de indenização na justiça é de cinco anos, contados da violação do direito. Deve-se observar que o direito autoral da fotografia no Brasil é protegido por 60 anos, contando-se sempre de 1 de janeiro do ano seguinte ao da sua realização.

### A autoria

Em regra o autor da obra fotográfica é aquele que criou a obra, ou seja, aquele que bateu a foto, não podendo ser atribuído aquele que a encomendou ou a pessoa retratada.

Infelizmente na nossa lei não confere ao fotógrafo empregado o direito exclusivo da obra fotográfica. Quando a foto for realizada em cumprimento a um contrato de trabalho, os direitos autorais são em partes iguais, do empregado e da empresa, a menos que tenham estabelecido um contrato com condição diversa.

No entanto, o direito da empresa ou editora somente persiste enquanto

perdurar o contrato de trabalho. Despedido o empregado, este usufruirá dos direitos de autor da obra.

Quando a foto for encomendada (*free-lance*), a empresa ou editora não poderá utilizar a fotografia novamente em edição diversa daquela para a qual foi solicitada, a menos que possua autorização expressa do autor e condicionada ainda ao pagamento de uma nova remuneração a título de reprodução.

Para evitar discussão sobre a autoria da foto, é recomendável que o autor registre em um Cartório de Registro de Títulos e Documentos ou na Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

### Contrato evita problemas

A maioria das violações aos direitos autorais ocorrem por que não são fixados em contratos os direitos dos autores e dos editores. Embora a lei consagre alguns direitos do autor, é

conveniente que todos os outros direitos específicos do fotógrafo, visando proteger a obra e sua divulgação, sejam estabelecidos em contrato próprio.

Sem o contrato torna-se mais difícil a reparação judicial do direito do autor da fotografia. Para realizar o contrato, é conveniente consultar um advogado especializado na matéria.

É importante definir bem no contrato, quem ficará com o negativo, o número de edições ou reproduções autorizadas, o tempo em que poderá ser utilizadas, o valor do trabalho e da multa por violação das cláusulas do contrato.

O profissional que valoriza seu trabalho deve exigir respeito a seu nome, sua qualidade e sua obra, reivindicando sempre os seus direitos de autor, evitando a apropriação de sua criação por empresas sedentas de lucro fácil.

**SIDNEI MACAHDÓ**, advogado e assessor jurídico do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná

### Informe publicitário

## Comissão avalia sistema de saúde em Timon

Três membros da Comissão bipartite, criada pelo Ministério da Saúde, com participação das Secretarias Estadual e Municipal de Saúde, estiveram em Timon para avaliar os procedimentos adotados até agora, para que o município passe a gerir o seu próprio sistema de saúde, de forma municipalizada. Reivindicada há mais de três anos pelo prefeito Chico Leitoa, a municipalização da Saúde em Timon está hoje em regime parcial. O próximo passo é a municipalização semi-plena, que está sendo reivindicada junto a comissão bipartite.

Os membros da Comissão bipartite que estiveram em Timon na sexta-feira e sábado, José Celso Santana Costa, Marina Sousa e o deputado Ibraim Almeida Filho, visitaram o Hospital Regional Alarico Pacheco, administrado pelo Governo Estadual do Maranhão, e os seis postos de saúde mantidos pelo município nas zonas rural e urbana. Eles viram de perto como estão funcionando as unidades de saúde, e fizeram relatório a ser apresentado ao Ministério da Saúde. Visitarão também o Centro de Controle de Zoonoses.

Com a municipalização plena da saúde em Timon, o prefeito Chico Leitoa acredita que o quadro vai mudar. O município passará a gerir os recursos a quem direta, e a própria comunidade, através do Conselho Municipal de Saúde, terá condições de fiscalizar a sua aplicação. Atualmente, os recursos da saúde destinados a Timon, passam pelo Governo Estadual, que os destina da forma que lhe convier.



Prefeito com membros da Comissão de Saúde visitam hospital em Timon

O prefeito Chico Leitoa disse que o município não perdeu nenhum prazo, e que todos os passos foram dados para agilizar a municipalização da Saúde. Ele acrescentou que a população espera por isso, por acreditar que a municipalização é o melhor caminho.

Os membros da Comissão bipartite esclareceram que o trabalho ali desenvolvido era estritamente técnico, o disseram que em todos os municípios o processo é lento, para que seja garantida a lisura. Eles acreditam que o processo de Timon vai servir de exemplo para os demais municípios maranhenses que também lutam pela municipalização da saúde. "A demora na municipalização representa também uma garantia de que tudo está sendo feito corretamente", disse a médica Marina Sousa.

### Prefeitura instala laboratório

Foi entregue à população de Timon o Laboratório Municipal de Timon, na rua 16 com a rua 90, no Parque Piauí. Na solenidade presidida pelo prefeito Chico Leitoa, estiveram presentes o secretário municipal de saúde, Francisco da Costa Gomes, vereadores, lideranças comunitárias e auxiliares da administração municipal.

O laboratório, que já está funcionando ao lado do Centro de Controle de Zoonoses, vai atender a 80 pessoas diariamente. Nele vão ser feitos exames para detectar doenças como a hanseníase, tuberculose, leishmaniose tegumentar, dengue e calazar.

A população pode ainda aproveitar os serviços laboratoriais para exames de fezes e hemograma.

Três médicos e três técnicos em laboratório estão trabalhando diariamente para atender basicamente as pessoas pobres que não têm acesso a esse tipo de serviço em laboratórios particulares. O prefeito Chico Leitoa disse para centenas de pessoas que foram prestigiar a instalação do laboratório, que as preocupações da administração municipal de Timon, como o setor de saúde, acabaram motivando essa providência, que vem se somar a tantas outras já desenvolvidas nas zonas rural e urbana de Timon. "Não estamos realizando mais porque forças políticas que trabalham contra a população de Timon continuam trabalhando para que a municipalização plena da Saúde não aconteça. Temos cumprido todas as determinações do Ministério da Saúde, e o que conseguimos até agora foi a municipalização parcial", revela o prefeito.

Uma comissão estadual veio a Timon para mais uma vez avaliar as condições de funcionamento dos serviços de saúde no município, e disse que o município tem todas as condições de administrar o seu próprio sistema de saúde. Com a municipalização plena da Saúde, Timon poderá direcionar melhor o atendimento em hospitais e postos de saúde, e oferecer os serviços que a população precisa, porque todos terão condições de acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos", disse.